



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

## Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
- F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
- F-C Comissão de Ordem Social
- F-C Comissão de Administração Pública
- F-C Comissão de Administração Financeira e Orçamentária
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa
- F-C Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Proteção Animal
- F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

### PROJETO DE LEI Nº 1.351/2022

Às Comissões, em 26/07/2022

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO  
SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS  
42 E 43 DA LEI 4.320/64.

Autor: Poder Executivo

Quórum:

(X) Maioria Simples

( ) Maioria Absoluta

( ) Maioria Qualificada

Anotações:

*Requerimento nº 95/22 solicitando única votação.*

1ª Votação	2ª Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <i>Aprovado</i>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <i>12 x 0</i> votos
em ____ / ____ / ____	em ____ / ____ / ____	em <i>27 / 07 / 22</i>
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: <i>[Assinatura]</i>



**CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**  
**Estado de Minas Gerais**

**PROJETO DE LEI Nº 1.351 / 2022**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO  
SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS  
42 E 43 DA LEI 4.320/64.**

**Autor: Poder Executivo**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário suplementar, no valor de R\$ 1.405.909,90 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos.

Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento de Despesa	de	Fonte de Recurso	Ref. Nº	Valor R\$
02	009	0015	0451	0029	1076	3.44905100		1001001	820	R\$ 868.190,55
02	009	0015	0451	0029	1091	3.44905100		2001001	1875	R\$ 537.719,35
								<b>Total</b>		<b>1.405.909,90</b>

**Art. 2º** Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação de dotações orçamentárias, conforme abaixo discriminado.

Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento de Despesa	de	Fonte de Recurso	Ref. Nº	Valor R\$
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33909200		1001001	766	R\$ 436.595,92
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33903000		1001001	366	R\$ 431.594,63
02	009	0015	0451	0029	1092	3.44905100		2001001	1876	R\$ 144.420,41
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33903900		2001001	1461	R\$ 393.298,94
								<b>Total</b>		<b>1.405.909,90</b>

**Art. 3º** Os créditos das dotações constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 26 de julho de 2022.

  
Odair Quincote  
1º VICE-PRESIDENTE

  
Dr. Arlindo Motta Paes  
1º SECRETÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG

GABINETE DO PREFEITO



**PROJETO DE LEI Nº 1.351/22**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.**

**Autor: Poder Executivo**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário suplementar, no valor de R\$ 1.405.909,90 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos.

Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Ref. Nº	Valor R\$
02	009	0015	0451	0029	1076	3.44905100	1001001	820	R\$ 868.190,55
02	009	0015	0451	0029	1091	3.44905100	2001001	1875	R\$ 537.719,35
								<b>Total</b>	<b>1.405.909,90</b>

**Art. 2º** Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação de dotações orçamentárias, conforme abaixo discriminado.

Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Ref. Nº	Valor R\$
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33909200	1001001	766	R\$ 436.595,92
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33903000	1001001	366	R\$ 431.594,63
02	009	0015	0451	0029	1092	3.44905100	2001001	1876	R\$ 144.420,41
02	009	0015	0451	0029	2092	3.33903900	2001001	1461	R\$ 393.298,94
								<b>Total</b>	<b>1.405.909,90</b>

**Art. 3º** Os créditos das dotações constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 25 de Julho de 2022.

Assinado digitalmente por JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:  
34209514691  
JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA  
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:  
34209514691  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Videoconferencia,  
OU=25090921000396, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=4539,  
OU=RFB-e-CPF-A3, CN=JOSE DIMAS DA SILVA  
FONSECA, c=BR

Assinado digitalmente por EYDER DE SOUZA  
LAMBERT: 87852144691  
EYDER DE SOUZA LAMBERT  
87852144691  
Chefe de Gabinete

Assinado digitalmente por EYDER DE SOUZA  
LAMBERT: 87852144691  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Videoconferencia,  
OU=25090921000396, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=4539,  
OU=RFB-e-CPF-A3, CN=EYDER DE SOUZA  
LAMBERT, c=BR

SILVESTRE CANDIDO  
DE SOUZA  
TURBINO:53788273615  
Assinado de forma digital por  
SILVESTRE CANDIDO DE SOUZA  
TURBINO:53788273615  
Dados: 2022.07.25 16:47:58 -03'00'

Silvestre Cândido de Souza Turbino  
Secretário de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG

GABINETE DO PREFEITO



### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O projeto que apresentamos tem por objetivo adequações nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura obras e serviços públicos, para dar continuidade na execução das obras RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I e DRENAGEM NO BAIRRO COLINA VERDE, tendo em vista concessão de reequilíbrio econômico e financeiro das obras que foram analisados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços públicos, que julgou pertinente o pleito sendo que a Petrobras pratica seus preços conforme Lei de Mercado e, por isso, segue as oscilações internacionais nos valores dos derivados de petróleo, ou seja, betuminosos e combustíveis.

Os valores desequilibrados foram devidamente comprovados através de vasta documentação apresentada pela empresa e juntada ao pedido protocolado, portanto, consideramos que estão preenchidos os pressupostos para a efetivação do reequilíbrio econômico financeiro: fato superveniente, imprevisibilidade de suas consequências, prejuízo econômico em razão de fato superveniente que elevou os custos dos insumos e ausência de culpa da contratada, ocorre que as dotações orçamentárias não possuem saldo para que possamos efetivar o bloqueio para os trâmites legais da concessão do reequilíbrio econômico financeiro e, solicitamos a suplementação da dotação orçamentária visando a continuidade da obra sem prejuízo à contratada, bem como com fundamento no art.65, inciso II alínea 'd' da Lei 8.666/93, sendo assim informamos que tal adequação se faz necessária para que essas despesas sejam suportadas até 31/12/2022 pelo orçamento do corrente exercício.

Por todo o exposto, rogamos o empenho de Vossa Excelência e dos demais Vereadores com assento nessa Laboriosa Casa Legislativa no sentido da discussão e aprovação da presente propositura.

Pouso Alegre, 25 de Julho de 2022.

JOSE DIMAS DA  
SILVA FONSECA  
34209514691

Assinado digitalmente por JOSE DIMAS DA SILVA  
FONSECA:34209514691  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia,  
ou=26398021000395, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, ou=ARBR, ou=RFB  
e=CPF\_A3\_CN=JOSE DIMAS DA SILVA FONSECA:  
34209514691  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localize aqui sua localização de assinatura aqui  
Data: 2022-07-26 13:07:01  
Foxit Reader Versão: 10.0.1

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA  
Prefeito Municipal



**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE COMPATIBILIDADE COM  
A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL.**

Declaro, para os devidos fins que o projeto de lei de alteração orçamentária visando ajustes de dotação orçamentária, obra “OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I”, é compatível com a LDO (Lei Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na estimativa do impacto orçamentário e financeiro que a contratação não afetará em proporção um aumento da despesa.

Pouso Alegre, 22 de Julho de 2022.

**Renato Garcia de Oliveira Dias**  
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.  
Interino



Assinado eletronicamente por:  
RENATO GARCIA DE OLIVEIRA  
DIAS:02797104617  
027.971.046-17  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE  
INFRAESTRUTURA  
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
INTERINO





**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE COMPATIBILIDADE COM  
A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL.**

Declaro, para os devidos fins que o projeto de lei de alteração orçamentária visando ajustes de dotação orçamentária, obra “DRENAGEM DO BAIRRO COLINA VERDE”, é compatível com a LDO (Lei Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na estimativa do impacto orçamentário e financeiro que a contratação não afetarà em proporção um aumento da despesa.

Pouso Alegre, 22 de Julho de 2022.

**Renato Garcia de Oliveira Dias**  
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.  
Interino



Assinado eletronicamente por:  
RENATO GARCIA DE OLIVEIRA  
DIAS:02797104617  
027.971.046-17  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE  
INFRAESTRUTURA  
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
INTERINO





# MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Prestação de Contas

Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I

Vínculo: 2001001 Período: Julho/2022



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

## Fonte de Recursos: 2001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Impacto	2022	2023	2024
Ativo Financeiro Inicial (I)	174.425.867,93	174.425.867,93	174.425.867,93
Passivo Financeiro Inicial (II)	7.122.885,58	7.122.885,58	7.122.885,58
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	167.302.982,35	167.302.982,35	167.302.982,35
<b>Resultado Aumentativo (Acumulado)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita (V)	0,00	0,00	0,00
Interferências Ativas (VI)	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário (VII)=(VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Diminutivo</b>	<b>37.655.017,19</b>	<b>37.655.017,19</b>	<b>37.655.017,19</b>
<b>Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)</b>	<b>37.438.319,23</b>	<b>37.438.319,23</b>	<b>37.438.319,23</b>
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	35.228.319,23	35.228.319,23	35.228.319,23
Interferências Passivas (XI)	2.210.000,00	2.210.000,00	2.210.000,00
<b>Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)</b>	<b>216.697,96</b>	<b>216.697,96</b>	<b>216.697,96</b>
Decrécimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	216.697,96	216.697,96	216.697,96
<b>Resultado Projetado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	(37.438.319,23)	(37.438.319,23)	(37.438.319,23)
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	129.647.965,16	129.647.965,16	129.647.965,16
<b>Demonstrativo do Impacto</b>	<b>537.719,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fontes de Compensação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado Orçamentário Final Reprojetoado</b>	<b>(37.438.319,23)</b>	<b>(37.438.319,23)</b>	<b>(37.438.319,23)</b>
<b>Resultado Financeiro Final Reprojetoado</b>	<b>129.647.965,16</b>	<b>129.647.965,16</b>	<b>129.647.965,16</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/07/2022 09:00:03.00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ataendg.net/62de85ea2ad9e>



### Conclusão

Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente por:  
SILVESTRE CANDIDO DE  
SOUZA  
TURBINO:53788273615  
537.882.736-15  
SECRETÁRIO DE  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



# MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Prestação de Contas

Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I

Vínculo: 1001001 Período: Julho/2022



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

## Fonte de Recursos: 1001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Impacto	2022	2023	2024
Ativo Financeiro Inicial (I)	150.136.074,93	150.136.074,93	150.136.074,93
Passivo Financeiro Inicial (II)	(137.473.970,90)	(137.473.970,90)	(137.473.970,90)
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	287.610.045,83	287.610.045,83	287.610.045,83
<b>Resultado Aumentativo (Acumulado)</b>	<b>396.084.889,58</b>	<b>396.084.889,58</b>	<b>396.084.889,58</b>
<b>Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)</b>	<b>383.926.003,18</b>	<b>383.926.003,18</b>	<b>383.926.003,18</b>
Receita (V)	235.943.148,93	235.943.148,93	235.943.148,93
Interferências Ativas (VI)	147.982.854,25	147.982.854,25	147.982.854,25
<b>Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)</b>	<b>12.158.886,40</b>	<b>12.158.886,40</b>	<b>12.158.886,40</b>
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	12.158.886,40	12.158.886,40	12.158.886,40
<b>Resultado Diminutivo</b>	<b>104.184.176,57</b>	<b>104.184.176,57</b>	<b>104.184.176,57</b>
<b>Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)</b>	<b>103.407.366,29</b>	<b>103.407.366,29</b>	<b>103.407.366,29</b>
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	89.378.866,29	89.378.866,29	89.378.866,29
Interferências Passivas (XI)	14.028.500,00	14.028.500,00	14.028.500,00
<b>Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)</b>	<b>776.810,28</b>	<b>776.810,28</b>	<b>776.810,28</b>
Decréscimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	776.810,28	776.810,28	776.810,28
<b>Resultado Projetado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	280.518.636,89	280.518.636,89	280.518.636,89
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	579.510.758,84	579.510.758,84	579.510.758,84
<b>Demonstrativo do Impacto</b>	<b>868.190,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fontes de Compensação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado Orçamentário Final Reprojetoado</b>	<b>280.518.636,89</b>	<b>280.518.636,89</b>	<b>280.518.636,89</b>
<b>Resultado Financeiro Final Reprojetoado</b>	<b>579.510.758,84</b>	<b>579.510.758,84</b>	<b>579.510.758,84</b>

### Conclusão

Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente por:  
SILVESTRE CANDIDO DE  
SOUZA  
TURBINO:53788273615  
537.882.736-15  
SECRETÁRIO DE  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG



Pouso Alegre, 26 de julho de 2022.

### PARECER JURÍDICO

#### **Autoria -- Poder Executivo**

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do Projeto de Lei nº 1.351/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo que “AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.”

O Projeto de Lei em análise, nos termos do *artigo primeiro (1º)*, dispõe que fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário suplementar, no valor de R\$1.405.909,90 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos.

O *artigo segundo (2º)* determina que para ocorrer o crédito indicado no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação de dotação orçamentária, conforme abaixo discriminada (Vide tabela do Projeto de Lei).

O *artigo terceiro (3º)* aduz que os créditos das dotações constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

O *artigo quarto (4º)* que revogam-se as disposições em contrário.

O *artigo quinto (5º)* que esta lei entra em vigor na data de sua publicação

16:55 26/07/2022 006667 CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - MG



## FORMA

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, determina o seguinte:

**Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

**Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.**

## INICIATIVA

A iniciativa privativa do Chefe do Executivo está conforme a Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 45, XII:

**Art. 45 – São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre: XII - os créditos especiais.**

**Art. 69. Compete ao Prefeito: XXIV - enviar a Câmara os recursos financeiros para ocorrer às suas despesas, nos termos do seu orçamento anual, incluídos os créditos suplementares e especiais;**

## COMPETÊNCIA

A competência desta Casa de Leis para decidir sobre a matéria está definida no artigo 39, I, alínea a, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 167, V, da Constituição Federal:

**Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente;  
I - autorizar: a) a abertura de créditos.**

**Art. 167. São vedados: V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.**

Corroborando acerca da competência desta Casa de Leis, os ensinamentos de Nelson Nery Costa:



Competem, ainda, à Câmara Municipal diversas outras matérias, naquilo que seja classificado como interesse local, podendo ser a aprovação de autorização de empréstimos e operações de crédito, assim como a forma e os meios de pagamento.<sup>1</sup>

A fiscalização contábil do Executivo é abordada por Diogenes Gasparini:

Em mais de uma passagem a Constituição da República outorga ao Legislativo competência para participar da função administrativa realizada, precipuamente, pelo Executivo. A contribuição dos órgãos legiferantes para a validade da atuação da Administração Pública acaba redundando em controle, já que lhe cabe aprovar ou autorizar essa atuação.

(...)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70 e 71).

(...)

O mesmo pode se dizer em relação aos Municípios. Tais competências são das Câmaras dos Vereadores, auxiliadas pelas Cortes de Contas locais, e, onde estas não existirem, pelo Tribunal de Contas competente, observado, é claro, o que especificamente a Constituição Federal lhes atribuiu no art. 31 e seus quatro parágrafos.<sup>2</sup>

Concordante tem sido o entendimento de James Giacomoni sobre o controle orçamentário:

O exercício do controle externo é da competência do Poder Legislativo, que conta para tal com o auxílio do Tribunal de Contas. (...) Essas disposições constitucionais, amplamente assentadas nos aspectos adjetivos da gestão pública, consagram o estabelecido pela Lei nº 4.320/64 em seu artigo 81: O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos, e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Tanto a Lei Maior, como a lei básica do orçamento (4.320/64) mostram claramente que as questões centrais de interesse do controle externo são os aspectos legais ligados à questão dos dinheiros públicos e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento. (grifo nosso).<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Direito Municipal Brasileiro, 8ª ed., GZ Editora, p. 177.

<sup>2</sup> Direito Administrativo, 8ª ed., Saraiva, 2003, p. 778 a 780.

<sup>3</sup> Orçamento Público, 7ª ed., Atlas, p. 234 e 235.



## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

O projeto que apresentamos tem por objetivo adequações nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura obras e serviços públicos, para dar continuidade na execução das obras RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I e DRENAGEM NO BAIRRO COLINA VERDE, tendo em vista concessão de reequilíbrio econômico e financeiro das obras que foram analisados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços públicos, que julgou pertinente o pleito sendo que a Petrobras pratica seus preços conforme Lei de Mercado e, por isso, segue as oscilações internacionais nos valores dos derivados de petróleo, ou seja, betuminosos e combustíveis.

Os valores desequilibrados foram devidamente comprovados através de vasta documentação apresentada pela empresa e juntada ao pedido protocolado, portanto, consideramos que estão preenchidos os pressupostos para a efetivação do reequilíbrio econômico financeiro: fato superveniente, imprevisibilidade de suas consequências, prejuízo econômico em razão de fato superveniente que elevou os custos dos insumos e ausência de culpa da contratada, ocorre que as dotações orçamentárias não possuem saldo para que possamos efetivar o bloqueio para os trâmites legais da concessão do reequilíbrio econômico financeiro e, solicitamos a suplementação da dotação orçamentária visando a continuidade da obra sem prejuízo à contratada, bem como com fundamento no art.65, inciso II alínea 'd' da Lei 8.666/93, sendo assim informamos que tal adequação se faz necessária para que essas despesas sejam suportadas até 31/12/2022 pelo orçamento do corrente exercício.

Por todo o exposto, rogamos o empenho de Vossa Excelência e dos demais Vereadores com assento nessa Laboriosa Casa Legislativa no sentido da discussão e aprovação da presente propositura.

### REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI N° 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que, em obediência ao disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, incisos I e II, o Poder Executivo apresentou declaração de que há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido



**Projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal – PPA, LOA e LDO e estimativa de impacto orçamentário financeiro.**

Isto posto, S.M.J., não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei visto que a proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne tanto à competência, quanto à iniciativa, e da condição formal prevista nos artigos 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

**Insta registrar que este parecer se refere exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.**

#### QUORUM

Oportuno esclarecer que é exigido maioria simples, nos termos do artigo 53 da L.O.M. e do artigo 56, III, do R.I.C.M.P.A.

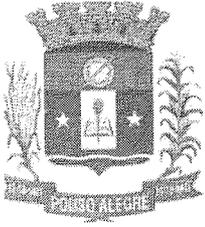
#### CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se parecer favorável ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei 1.351/2022, para ser para ser submetido à análise das 'Comissões Temáticas' da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária.

Salienta-se que o parecer jurídico, ora exarado, é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

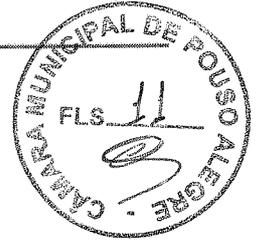
  
*Rodrigo Moraes Pereira*  
OAB/MG nº 114.586



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



PARECER Nº 153/2022

## RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre- MG, no uso de suas atribuições legais para exame **DO PROJETO DE LEI Nº 1.351/2022- QUE "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI Nº 4.320/64.**

### FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

O Projeto em estudo tem como objetivo autorizar a abertura de crédito especial na forma dos artigos 42 e 43 da lei 4.320/64. O Projeto de Lei em análise, nos termos do seu artigo primeiro (1º), Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário suplementar, no valor de R\$ 1.405.909,90 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos, segue gráfico. O artigo segundo reza que: (2º) Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação de dotações orçamentárias, conforme abaixo discriminado, segue gráfico; O artigo terceiro aduz que: (3º) Os créditos das dotações constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual, segue gráfico. No artigo quarto lemos (4º) Revogam-se as disposições em contrário. E no quinto (5º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa encontramos que o projeto de lei visa adequações nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura obras e serviços públicos, para dar continuidade na execução das obras RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I e DRENAGEM NO BAIRRO COLINA VERDE, tendo em vista concessão de reequilíbrio econômico e financeiro das obras que foram analisados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços públicos, que julgou pertinente o pleito sendo que a Petrobras pratica seus preços conforme Lei de Mercado e, por isso, segue as oscilações internacionais nos valores dos derivados de petróleo, ou seja, betuminosos e combustíveis.

Segue anexa ao Projeto de Lei 1.351/2022 gráficos com as fontes de recurso, consta a Declaração da Adequação Orçamentária e de Compatibilidade com a lei de Diretrizes Orçamentárias e com o plano Plurianual atestando que o mesmo não afetará em proporção aumento de despesa.

17:50 26/07/2022 006677 CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

## Gabinete Parlamentar



No tocante a iniciativa verifica-se ser competência do chefe do executivo a propositura de projeto de lei que vise a abertura de crédito especial e modificação de dotação orçamentária do executivo o que está conforme a Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 45, XII:

Art. 45 – São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:

XII - os créditos especiais.

Na legislação encontramos:

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, determina o seguinte:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

A competência da Câmara Municipal para decidir sobre a matéria está definida no artigo 39, I, alínea a, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 167, V, da Constituição Federal:

Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente;

I - autorizar:

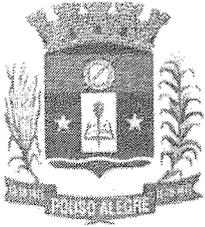
- a) a abertura de créditos.
- b) operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer **FAVORÁVEL** à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 1.351/2022 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

**Gabinete Parlamentar**



## CONCLUSÃO

Após análise do presente Projeto de Lei nº 1.351/2022, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 26 de julho de 2022.

ELIZELTO Assinado de  
GUIDO forma digital por  
PEREIRA:0494660  
PEREIRA:042607  
946602607 Dados: 2022.07.26  
16:24:13 -03'00'  
Elizelto Guido  
Relator

ANTONIO Assinado de forma  
DIONICIO digital por  
PEREIRA:34209239 ANTONIO  
42092396 PEREIRA:34209239  
15 615  
Dados: 2022.07.26  
16:30:07 -03'00'  
Dionício do Pantano  
Presidente

OLIVEIRA Digitally signed by  
ALTAIR OLIVEIRA ALTAIR  
AMARAL:49564579  
AMARAL:49600  
564579600 Date: 2022.07.26  
16:32:00 -03'00'  
Oliveira Altair  
Secretário



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 24 de Julho de 2022

## ***PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***

### **RELATÓRIO:**

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº1351 DE 25 DE JULHO DE 2022**, que autoriza a abertura de crédito suplementar, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

### **FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:**

A Constituição da República Federativa do Brasil assegura aos Municípios o direito de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme art. 30, I. Consectário da CRFB, o art. 39 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre atribui ao Poder Legislativo municipal o dever de “*identificar os interesses da comunidade*”, e “*dispor normativamente sobre eles*”.

A seu turno, garantindo o devido processo legislativo, o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica, e o artigo 67 e ss. do Regimento Interno Câmara Municipal de Pouso Alegre, determinam a competência das comissões permanentes para estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas, carreando-se para a Comissão de Administração Pública (art. 70, RICMPA), o dever de examinar as proposições referentes as matérias desta natureza, vale dizer:

A expressão “Administração Pública” pode ser empregada em diferentes sentidos:

17:09 26/07/2022 066684 5141 4100 1302 5023 410



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



1º – Administração Pública em sentido subjetivo, orgânico ou formal é o conjunto de agentes, órgãos e entidades públicas que exercem a função Administrativa.

2º – Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional, mais adequadamente denominada “administração pública” (com iniciais minúsculas), é a atividade estatal consistente em defender concretamente o interesse público. No que diz respeito ao aspecto material da administração pública, isto é, utilizada a expressão para designar uma atividade estatal, pode-se distinguir a administração pública lato sensu, compreendendo tanto a função administrativa quanto a função política (ou de governo). Já administração pública stricto sensu abrange exclusivamente o desempenho da função administrativa (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012).

Neste sentido, a Comissão de Administração Pública analisou o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Orçamentário Suplementar, no valor de “R\$ 1.405.909,90 (*um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos*), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos”

A Comissão de Administração Pública verificou, ainda, na Justificativa:

O projeto que apresentamos tem por objetivo adequações nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura obras e serviços públicos, para dar continuidade na execução das obras RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I e DRENAGEM NO BAIRRO COLINA VERDE, tendo em vista concessão de reequilíbrio econômico e financeiro das obras que foram analisados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços públicos, que julgou pertinente o pleito sendo que a Petrobras pratica seus preços conforme Lei de Mercado e, por isso, segue as oscilações internacionais nos valores dos derivados de petróleo, ou seja, betuminosos e combustíveis. Os valores desequilibrados foram devidamente comprovados através de vasta documentação apresentada pela empresa e juntada ao pedido protocolado, portanto, consideramos que estão preenchidos os pressupostos para a efetivação do reequilíbrio econômico financeiro: fato superveniente,



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

## - Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



imprevisibilidade de suas consequências, prejuízo econômico em razão de fato superveniente que elevou os custos dos insumos e ausência de culpa da contratada, ocorre que as dotações orçamentárias não possuem saldo para que possamos efetivar o bloqueio para os trâmites legais da concessão do reequilíbrio econômico financeiro e, solicitamos a suplementação da dotação orçamentária visando a continuidade da obra sem prejuízo à contratada, bem como com fundamento no art.65, inciso II alínea 'd' da Lei 8.666/93, sendo assim informamos que tal adequação se faz necessária para que essas despesas sejam suportadas até 31/12/2022 pelo orçamento do corrente exercício.

*Prima facie*, a Comissão de Administração Pública assinala que a Câmara Municipal é competente para "autorizar a abertura de créditos, nos termos do art. 39, Parágrafo único, I, "a" da Lei Orgânica do Município.

Outrossim, o orçamento público encontra-se jungido ao princípio da legalidade (art. 37 da CRFB), não devendo a lei orçamentária conter dispositivos estranhos ao orçamento do ente público e suas instituições. Contudo, tal exigência não poderá engessar despesas públicas, porquanto, ao longo do exercício financeiro, situações novas podem despontar, tornando-se forçoso a alteração do orçamento público.

Assim, a Constituição prevê a abertura de créditos orçamentários adicionais, capazes de fomentar o custeio de despesas e gastos provenientes de situações imprevisíveis, emergenciais, ou, ainda, lastrear mudanças de estratégia nas políticas públicas.

No tocante ao crédito suplementar:

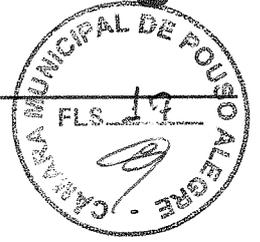
Essa modalidade, prevista na CRFB/88 em seu art. 167, V, c/c o § 2º, também já encontrava previsão no art. 41, I, da Lei n. 4.320/64. A abertura e a destinação do crédito suplementar fundamentam-se na necessidade de reforço da dotação orçamentária. Verifica-se então que, diversamente dos créditos extraordinários, os créditos suplementares possuem previsão na Lei Orçamentária; as dotações são suplementadas, tendo em vista que o crédito orçado não foi suficiente. Destaque-se que o art. 165, § 8º, da CRFB/88 prevê que a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição, por questões já expostas, a autorização para abertura de créditos



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

## - Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Isto porque, se já existia dotação prévia na Lei Orçamentária Anual, não haveria qualquer confronto ou violação ao princípio da legalidade orçamentária. Contudo, apesar dessa possibilidade, por outro lado, o art. 167, V, da CRFB/88 prevê que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Assim, a abertura do crédito suplementar, que terá sempre vigência dentro do exercício financeiro, depende da existência de recursos disponíveis; tais créditos são abertos por decreto do Executivo após autorização por lei, e podem ser autorizados na própria Lei Orçamentária ou em lei especial. Destaque-se que por ser o crédito suplementar um suplemento de verbas naquela determinada dotação, não se admite prorrogação (CARNEIRO, Claudio Curso de Direito Tributário e Financeiro / Claudio Carneiro. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020).

Todavia, o art. 167, V, da CRFB/88 proíbe a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Recepcionado e até mesmo corolário da normativa constitucional, o art. 43 da Lei 4320/1964 cognomina ao ente público o dever de discriminar as fontes de recursos para o crédito em tela:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Quanto a anulação de dotação orçamentária prevista no art. 2º, será utilizado crédito decorrente em benefício da coletividade municipal, restando patente o interesse público. Como assinala Maria Sylvia Zanella:



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

## - Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Esse princípio está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação (...) em primeiro lugar, as normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo (...). Em nome do primado do interesse público, inúmeras transformações ocorreram. Houveram uma ampliação das atividades assumidas pelo Estado para atender às necessidades coletivas, com a consequente ampliação do próprio conceito de serviço público. (...). Surgem, no plano constitucional, novos preceitos que revelam a interferência crescente do Estado na vida econômica e no direito de propriedade; assim são as normas que permitem a intervenção do Poder Público no funcionamento e na propriedade das empresas, as que condicionam o uso da propriedade ao bem-estar social (...). Tudo isso em nome dos interesses públicos que incumbe ao Estado tutelar (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020)

Desta forma e parametrizado pelo comando do art. 37 da CRFB, poderá o ente público modificar programações havidas na lei orçamentária vigente, a teor do interesse público.

“” Por derradeiro, a Comissão de Administração Pública verificou o adimplemento das obrigações do art. 43 da Lei 4320/1964, a teor das disposições contidas nos artigos 2º e seguintes, e Anexos referentes à Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, e Declaração de Adequação Orçamentária e de Compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

Diante do exposto, considerando as disposições e justificativa para o Projeto de Lei, segue a conclusão deste Parecer cujos termos estão devidamente apresentados.



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



## CONCLUSÃO:

Em conclusão, considerando a fundamentação exarada, a Comissão de Administração Pública manifesta-se **FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei 1351/2022, podendo prosseguir em tramitação nos termos da lei.

**IGOR PRADO** Assinado de forma digital por IGOR PRADO  
**TAVARES:095** TAVARES:09542853602  
**42853602** Dados: 2022.07.26 15:38:34 -03'00'

Igor Tavares

Relator

**MIGUEL SIMIAO PEREIRA** Assinado de forma digital por MIGUEL SIMIAO PEREIRA  
**JUNIOR:07969256660** JUNIOR:07969256660  
Dados: 2022.07.26 15:41:09 -03'00'

Vereador Miguel Junior Tomatinho

Presidente

**OLIVEIRA ALTAIR AMARAL:49564579600** Digitally signed by OLIVEIRA ALTAIR  
AMARAL:49564579600  
Date: 2022.07.26 16:16:14 -03'00'

Vereador Oliveira Altair

Secretário



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 26 de julho de 2022.

## **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CAFO)**

### RELATÓRIO:

A Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame ao **PROJETO DE LEI Nº 1.351/2022 QUE "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64."**, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

### FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, a esta Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária cabe especificamente, nos termos do art.º 69, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Esta Comissão constatou que o Projeto de lei nº 1.351/2022 tem como objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo abrir crédito orçamentário suplementar regulamentar no valor de R\$ 1.405.909,90 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa centavos), para adequação de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos.

O projeto tem por objetivo adequações nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura obras e serviços públicos, para dar continuidade na execução das obras RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA AVENIDA JAIR SIQUEIRA DIQUE I e DRENAGEM NO BAIRRO COLINA VERDE, tendo em vista concessão de

17:38 26/07/2022 005691 CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



reequilíbrio econômico e financeiro das obras que foram analisados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços públicos, que julgou pertinente o pleito sendo que a Petrobras pratica seus preços conforme Lei de Mercado e, por isso, segue as oscilações internacionais nos valores dos derivados de petróleo, ou seja, betuminosos e combustíveis.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer Favorável, a Tramitação do Projeto em Estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

### CONCLUSÃO:

Após análise do presente Projeto de Lei nº 1.351/2022, verificou-se que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Vereador Odair Quincote  
Relator

Vereador Igor Tavares  
Presidente

Vereador Leandro Morais  
Secretário